



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 47ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**17/10/2013
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

Presidente: Senador Ricardo Ferraço

Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**47ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 17/10/2013.**

47ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 68/2013 - Não Terminativo -	SEN. LUIZ HENRIQUE	12

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(55)(56)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)			
Jorge Viana(PT)(51)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(59)(51)(52)	AP (61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PCdoB)(14)(12)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6427
Aníbal Diniz(PT)(16)(17)(13)(52)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(25)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES (61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(48)(32)(31)(35)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS (61) 3303-6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(20)(22)(29)(48)(41)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Alvaro Dias(PSDB)(46)(47)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(46)(10)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Osvaldo Sobrinho(PTB)(18)(66)(38)(53)(65)	MT (61) 3303-1146/3303-1148/ 3303-4061
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO (61) 3303-1962	4 Cícero Lucena(PSDB)(63)	PB (61) 3303-5800 5805
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)			
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(61)(62)(57)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(42)(54)(57)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(39)(57)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(9)(57)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(43)(44)(33)(34)(57)	ES (61) 3303-4161/5867	3 Armando Monteiro(PTB)(27)(64)(45)(28)(57)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- (19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (21) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (56)
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
- (60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
- (61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
- (63) Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
- (64) Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
- (65) 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
- (66) Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO
FEDERAL

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 17 de outubro de 2013
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA
47ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Deliberativa
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Roberto Requião (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 10/10/2013 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF (anexa).

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 41, DE 2013

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 383. Na apreciação do Senado Federal sobre a escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas:

I – a mensagem, que será lida em plenário e encaminhada à comissão competente, deverá estar acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de:

a) **curriculum vitae**, no qual constem:

1. as atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos referidos períodos;

2. a relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam sua recuperação;

b) no caso dos indicados na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, declaração do indicado:

1. quanto à existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos;

2. quanto à sua participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos;

3. de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

4. quanto à existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual;

5. quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

c) argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que o indicado demonstre ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade;

d) no caso dos indicados na forma do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, relatórios produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores contendo:

1. informações sobre o Estado ou organização internacional para o qual o candidato foi indicado;

2. relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado ou organização internacional, bem como dos contratos de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil, incluindo os atos referentes a perdão ou renegociação de dívidas e a renúncia fiscal, diferenciando entre atos em vigor e atos ainda sujeitos à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal;

II – o exame das indicações feitas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal seguirá as seguintes etapas:

a) o relator apresentará o relatório à comissão, com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais;

b) será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão e divulgado o relatório por meio do portal do Senado Federal;

c) o portal do Senado Federal possibilitará à sociedade encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas, que serão submetidas ao exame do relator com vistas ao seu aproveitamento, inclusive quanto à necessidade de realização de audiência pública em face das informações e indagações recebidas;

d) o relator poderá discutir com os membros da comissão o conteúdo das questões que serão formuladas ao indicado;

e) a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, ouvi-lo, em arguição pública, sobre

assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado (Const., art. 52, III);

f) o relatório será votado;

III – a arguição de candidato a chefe de missão diplomática de caráter permanente será feita em reunião secreta (Const., art. 52, IV), aplicando-se o procedimento descrito no inciso II deste artigo, no que couber;

.....
§ 1º A manifestação do Senado Federal e das comissões sobre a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente será procedida em sessão e reunião secretas (Const., art. 52, IV).

§ 2º A resposta negativa às hipóteses previstas nos itens 1, 2, 4 e 5 da alínea “b” do inciso I deste artigo deverá ser declarada por escrito.

§ 3º A declaração de que trata o item 3 da alínea “b” do inciso I deste artigo deverá ser acompanhada de documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2013.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

mm/prs11-008

1

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 68, de 2013 (nº 309, de 29 de julho de 2013, na origem), da Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.*

RELATOR: Senador **ROBERTO REQUIÃO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado, nascido em 5 de fevereiro de 1954, ingressou na carreira diplomática em 1975 e tornou-se Conselheiro em 1988, Ministro de Segunda Classe em 1995 e Ministro de Primeira Classe em 2003. Concluiu o curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 1994, com tese intitulada “O Uruguai e o Mercosul: cidadania e sistema de decisão”.

Entre as funções públicas desempenhadas pelo Senhor Ruy Pereira destacam-se a de Encarregado de Negócios na Embaixada em Lomé (1991), Conselheiro na Embaixada em Paris (1989) e na Delegação Permanente junto à ALADI, em Montevideu (1991), Chefe de Gabinete do Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (1995), Assessor Especial do Ministro de Indústria, Comércio e Turismo (1998), Assessor da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República (1999), Ministro-

Conselheiro na Embaixada em Lima (2001) e na Embaixada em Buenos Aires (2002), Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral do MRE (de 2003 a 2006), Cônsul-Geral do Consulado-Geral em Montevidéu (de 2006 a 2011) e Delegado Permanente junto à ALADI e ao Mercosul, em Montevidéu (2012 até o presente).

Integrou a Comissão de Ética do Itamaraty (2004) e foi examinador do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, bem como da Banca Examinadora do Curso de Altos Estudos do mesmo Instituto, a qual presidiu em 2010. Coordenou o Grupo de Trabalho que preparou a Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), em 2008, em Sauípe, na Bahia, que deu origem à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); assim como o Grupo de Trabalho da Cúpula Brasil-Caribe, em 2010, em Brasília. Em 2011, chefiou a campanha que elegeu o Dr. José Graziano da Silva para o cargo de Diretor-Geral da FAO e, no primeiro semestre do corrente ano, a campanha que elegeu o Embaixador Roberto Azevêdo para a Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Venezuela, cumprindo, inclusive, o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil, além de nomear os acordos por nós celebrados.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Venezuela foram estabelecidas em 1843. No entanto, o primeiro encontro entre Chefes de Estado dos dois países só ocorreu em 1973, quase 150 anos depois. As relações bilaterais muito se intensificaram com a redemocratização, no Brasil, como se vê pela multiplicação dos acordos bilaterais adotados a partir do Governo do Presidente e Senador José Sarney.

Já as relações bilaterais econômicas entre Brasil e Venezuela tiveram grande aporte desde o Governo de Hugo Chávez: o comércio cresceu 585% desde 2003, somando US\$ 6 bilhões, sendo o saldo comercial favorável ao Brasil de US\$ 4 bilhões em 2012. A Venezuela é o oitavo principal mercado brasileiro de bens e importante destino de nossos serviços, sobretudo da construção civil, e o 18º parceiro comercial do Brasil no mundo. O Brasil tem uma pauta exportadora bastante diversificada, de carnes e açúcar a máquinas e aviões, enquanto nossas importações da Venezuela se concentram basicamente

em naftas para a petroquímica, coque de petróleo não calcinado, metanol, energia elétrica e uréia.

Do ponto de vista político, igualmente, a relação tem sido próxima, tendo o Brasil sido decisivo para a entrada da Venezuela no Mercosul, corroborando a política externa daquele País, que se pautou pela integração regional, multilateralismo e relações sul-sul. Nesse sentido, também se destacam as atuações de ambos os países na UNASUL (União de Nações Sul-Americanas).

A boa relação entre os dois Países também é refletida do ponto de vista convencional, já foram firmados dezenas de tratados bilaterais, ligados a temas como limites e fronteiras, cooperação (penal, esportiva, espacial, sobre comunicações, científica, cultural, energia, sanitária, entre outras), isenção de vistos, turismo, transporte e comércio. Essa base jurídica serve tanto para a macropolítica como o relacionamento regional, bem como para gerir a vida de cerca de 26 mil brasileiros que vivem em solo venezuelano.

Por fim, destaca-se que a cooperação e o bom relacionamento entre Brasil e Venezuela se mantém no Governo de Nicolás Maduro Moros, que foi eleito Presidente no último dia 14 de abril, sucedendo Hugo Chávez. Essa realidade é atestada pelas visitas recíprocas de autoridades e pelo suporte brasileiro à Presidência Pro tempore venezuelana do Mercosul, assumida desde julho.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 68, DE 2013
(nº 309/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Os méritos do Senhor Ruy Carlos Pereira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de julho de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a do Presidente do Senado Federal, Joaquim Figueiredo.

EM nº 00200/2013 MRE

Brasília, 7 de Junho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RUY CARLOS PEREIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **RUY CARLOS PEREIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00200 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 07 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RUY CARLOS PEREIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **RUY CARLOS PEREIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RUY CARLOS PEREIRA**

CPF.: 363.813.907-78

ID.: 5692 MRE

1954 Filho de Romeo Pereira e Esther dos Anjos Pereira, nasce em 5 de fevereiro, em Blumenau/SC

Dados Acadêmicos:

1981 CAD-IRBr

1994 CAE-IRBr, O Uruguai e o MERCOSUL: cidadania e sistema de decisão.

Cargos:

1975 Terceiro-Secretário

1978 Segundo-Secretário, por merecimento

1981 Primeiro-Secretário, por merecimento

1988 Conselheiro, por merecimento

1995 Ministro de Segunda Classe

2003 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1974 CPCD, IRBr

1975 Departamento Econômico, assistente

1975 Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento, assistente

1979 Divisão de Atos Internacionais, assistente

1979 Consulado-Geral em Marselha, Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória

1980 Departamento de Comunicação e Documentação, assessor e Coordenador Técnico

1982 Coordenadoria Técnica, Chefe

1983 Embaixada em Madri, Primeiro Secretário

1986 Divisão Econômica Latino-Americana, assistente e Chefe

1988 Comissão Nacional para Assuntos da Associação Latino-Americana de Integração, CNAALADI, Secretário-Executivo

1989 IX Sessão do Comitê sobre Princípios Gerais do CODEX ALIMENTARIUS, Paris, Chefe de delegação

1989 Embaixada em Paris, Conselheiro

1990 XLIX Reunião Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, Montpellier, Chefe de delegação

1991 Embaixada em Lomé, Encarregado de Negócios em missão transitória

1991 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevideu, Conselheiro

1994 Gabinete do Ministro de Estado, assessor

1995 Ministério da Fazenda, Chefe de Gabinete do Secretário de Assuntos Internacionais

1995 Direção-Geral de Integração Latino-Americana, assessor

1998 Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Assessor Especial

1999 Presidência da República, Secretaria-Executiva do Comitê de Créditos à Exportação, Assessor;

Representação Especial para Assuntos do Mercosul, Assessor

2001 Embaixada em Lima, Ministro-Conselheiro

2002 Embaixada em Buenos Aires, Ministro-Conselheiro

2003 Secretaria-Geral, Chefe de Gabinete

2004 Comissão de Ética do MRE, integrante

2006 Consulado-Geral em Montevideu, Côsul-Geral

2008 Banca Examinadora do Quinquagésimo-Terceiro Curso de Altos Estudos (LIII CAE) do Instituto Rio Branco, Membro

2008	Grupo de Trabalho para a organização da XXXVI Reunião de Cúpula do Mercosul e Reunião de Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), Coordenador
2009	Banca Examinadora do Quinquagésimo-Quarto Curso de Altos Estudos (LIV CAE) do Instituto Rio Branco, Vice-Presidente
2010	Grupo de Trabalho para preparar a Reunião de Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (CARICOM), Coordenador
2010	Banca Examinadora do LV Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, Presidente
2011	Coordenador da campanha para eleição do Dr. José Graziano da Silva para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO, Brasília e Roma
2011	Reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação em Segurança Pública e Judicial da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, Santana do Livramento, Chefe da Delegação
2011	Reunião do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Consulares e Jurídicos do MERCOSUL e do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Consulares e Jurídicos do MERCOSUL com Estados Associados, Montevideu, Chefe da Delegação
2011	I Reunião do Grupo de Trabalho Ad Hoc Brasil-Uruguai sobre Livre Circulação de Pessoas, Montevideu, Chefe da Delegação
2011	Reunião do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Consulares e Jurídicos do MERCOSUL, Montevideu, Chefe da Delegação
2011	Seminário sobre Gestão de Fronteiras, organizado pelo Parlamento do MERCOSUL - PARLASUL e União Européia, Montevideu, Chefe da Delegação
2012	Designação como Delegado Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, Montevideu
2012	Delegado Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, Montevideu
2012	Presidente pro tempore da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, Montevideu
2012	Reunião da Rede de Bancos Internacionais da UNIGLOBAL UNION, Associação de Empregados Bancários de Montevideu, Montevideu, palestrante
2012	Seminário sobre "Comércio, Integração e Câmbio Climático", promovido pela Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, Montevideu, palestrante
2012	Reunião de Mecanismos Regionais e Sub-Regionais de Integração na América Latina e no Caribe da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos - CELAC, Montevideu, representante da presidência pro tempore do MERCOSUL
2012	"Reflexiones del Embajador Ruy Pereira, Representante Permanente de Brasil ante la ALADI y el MERCOSUR", in Boletín Informativo nr. 4, julio-agosto 2012, ALADI, Montevideu
2012	Seminário sobre "Capacitación en integración regional: MERCOSUR y UNASUR en la actual conjuntura", do Centro de Formación para la Integración Regional - CEFIR, Montevideu, palestrante
2012	Seminário sobre "Competitividade na exportação por meio da integração digital", da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC, Florianópolis, palestrante
2012	Seminário sobre "Uma plataforma para a integração para a América Latina e o Caribe", organizado pelo MRE e a Secretaria-Geral da ALADI, Brasília, palestrante
2012	III Seminário de Integração Regional do MERCOSUL - JUVENSUR, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Foz de Iguaçu, palestrante
2012	XII Congresso Internacional do Forum Universitário MERCOSUL - FoMerCo, Montevideu, coordenador e expositor do painel de abertura "UNASUL e MERCOSUL: os desafios da integração em tempos de crise global"
2012	Seminário "MERCOSUL: novas perspectivas", organizado pelo MRE e pelo Governo do Estado da Bahia, Salvador, moderador
2012	XLII Reunião do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL, Brasília, membro da delegação
2012	XLIV Reunião do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, Brasília, membro da delegação
2012	XVII Reunião dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Reunião dos Chefes de Estado do MERCOSUL e dos Estados Associados e Países Convidados, Brasília, membro da delegação
2013	Coordenador da equipe de apoio à candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio - OMC, Brasília e Genebra
Condecorações:	
1986	Ordem ao Mérito de Brasília, Brasil, Oficial
1997	Medalha da Ordem do Mérito Mauá, Ministério dos Transportes, Brasil
1998	Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Grande Oficial
2001	Ordem ao Mérito, Chile, Grande Oficial
2003	Real Ordem de Orange e Nassau, Países Baixos, Comendador
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

2003 Real Ordem ao Mérito, Noruega, Grande Oficial
2003 Ordem ao Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
2005 Real Ordem de Wissam Alaouite, Marrocos, Grande Oficial
2005 Medalha da Vitória da Ordem ao Mérito do Ministério da Defesa, Brasil
2006 Legião de Honra, França, Oficial
2008 Medalha do Pacificador, Brasil
2012 Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial

Publicações:

1995 O Brasil e seu futuro na integração latino-americana, in Cuaderno del Parlatino nº 9, Parlamento Latino-Americano, São Paulo
1997 Alca: os resultados da Reunião de Recife, in revista Comércio Exterior em Perspectiva, Confederação Nacional da Indústria
2012 "El Mercosur y la Unasur en la actual coyuntura", in Voces en el Fénix, nº 19 (Algo en común: integración regional), Buenos Aires
2012 "O MERCOSUL e a UNASUL na atual conjuntura", in Carta Maior
(http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21445)



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VENEZUELA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Maio de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Bolivariana da Venezuela
CAPITAL	Caracas
AREA	912.050 km² (6º maior da América do Sul); corresponde ao Estado de Mato Grosso
POPULACAO	29,7 milhões de habitantes (5º maior da América do Sul); corresponde às populações da Bahia e do Rio de Janeiro somadas
IDIOMA	Espanhol (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (96%); Protestantes (2%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Nicolás Maduro
CHANCELER	Elías Jaua
PIB nominal (est. FMI 2012)	US\$ 382 bilhões (Brasil: US\$ 2,4 trilhões)
PIB PPP (est. FMI 2012)	US\$ 402 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB nominal per capita (est. FMI 2012)	US\$ 12.956 (Brasil: US\$ 12.078)
PIB PPP per capita (est. FMI 2012)	US\$ 13.615 (Brasil: US\$ 11.875)
VARIACAO DO PIB	5,5% (est. FMI 2012); 4,2% (2011); -1,5% (2010); -3,2% (2009); 5,3% (2008); 8,8% (2007)
UNIDADE MONETARIA	Bolívar forte
IDH 2012	0,741 (71º) (Brasil: 0,730/85º)
EXPECTATIVA DE VIDA	74,6 anos (Brasil: 73,8º)
ÍNDICE DE ALFABETIZACAO	95,5% (Brasil: 90,3%)
EMBAIXADOR EM BRASILIA	Maximilen Sánchez Arveláiz
EMBAIXADOR EM CARAGAS	José Antonio Marcondes de Carvalho

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB)

Brasil/ Venezuela	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (Jan-mar)	2013 (Jan-mar)
Intercâmbio	1.668,9	2.479,3	4.156,9	5.069,8	5.688,7	4.191,9	4.686,5	5.861,1	6.052,8	1.403,2	1.187,8
Exportações	1.469,8	2.223,7	3.565,4	4.723,9	5.150,2	3.610,3	3.853,9	4.591,8	5.056,10%	1.076	902,5 (-16,13%)
Importações	119,1	255,6	591,5	345,9	538,5	581,6	832,6	1.269,3	996,7 -21%	327,2	285,3 (-12,83%)
Saldo	1.270,7	1.968,1	2.973,9	4.378	4.611,6	3.028,7	3.021,3	3.322,5	4.059,2	748,8	617,2

PERFIS BIOGRÁFICOS**NICOLÁS MADURO MOROS**
Presidente da República

Nasceu em Caracas, em 1963.

Foi delegado sindical e membro da Diretoria do Metrô de Caracas, fundador do Novo Sindicato do Metrô de Caracas e da Força Bolivariana de Trabalhadores.

Membro do Movimento Bolivariano Revolucionário 200 e de sua diretoria (1994-1997). Participou da fundação do MVR, do qual foi Diretor Nacional e Chefe da Equipe Parlamentar.

Foi eleito para a Câmara dos Deputados em 1998. No ano seguinte, foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte. Em 2000 e 2005, foi eleito Deputado da Assembleia Nacional, tendo sido seu Presidente entre janeiro de 2005 e janeiro de 2006.

Esteve à frente da Chancelaria venezuelana entre agosto de 2006 e janeiro de 2013.

Foi nomeado Vice-Presidente Executivo pelo Presidente Chávez, em 10 de outubro de 2012, em substituição a Elías Jaua.

Tomou posse como Presidente Encarregado, em 8 de março passado, e foi eleito Presidente da República em 14 de abril.

ELÍAS JAUA
Ministro das Relações Exteriores

Nasceu em San José de Barlovento, Estado de Miranda, na Venezuela, em 1969. Em 1983, iniciou sua participação em movimentos de esquerda. Em 1996 participou, junto de Hugo Chávez, da criação do partido Movimento Quinta República (MVR), substituído pelo atual PSUV, do qual é hoje membro da Direção Nacional. Formado em Sociologia pela Universidade Central da Venezuela (1995), fez Pós-Graduação em Ciências Políticas pela Universidade Simón Bolívar, e foi professor pesquisador da Universidade Central da Venezuela, entre 1996 e 2000. Também participou da elaboração da Constituição venezuelana de 1999, como constituinte, pelo estado de Miranda. Em 2000, Elías Jaua ocupou o posto de Segundo Vice-Presidente da Comissão Legislativa Nacional.

Ocupou diversos cargos na administração de Chávez: Ministro da Economia Popular e da Agricultura, chefia da Secretaria da Presidência da República e Presidente do FIDES (Fundo Intergovernamental para a Descentralização). Foi Vice-Presidente Executivo entre janeiro de 2010 e outubro de 2012, sendo substituído no cargo pelo então Chanceler Nicolás Maduro. Foi derrotado na eleição para Governador de seu estado natal por Henrique Capriles, em 16 de dezembro de 2012. Em 15 de janeiro de 2013, o atual Vice-Presidente Executivo anunciou, em nome de Chávez, a indicação de Jaua para assumir a Chancelaria venezuelana e o cargo de Vice-Presidente Político do Governo.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram impulsionadas durante o governo de Chávez, tanto do ponto de vista político como comercial. A Venezuela foi responsável pelo terceiro maior saldo comercial do Brasil em 2012 (US\$ 4 bilhões). Ademais, o país conta com

importante atuação de empresas brasileiras de construção civil. Agenda bilateral deverá ser relançada, aprofundando as linhas em curso e incorporando novas iniciativas. Em paralelo, deve ter seguimento o processo de implementação dos compromissos assumidos pela Venezuela por ocasião da adesão ao MERCOSUL (sobretudo diante da Presidência Pro-Tempore venezuelana do Bloco, no segundo semestre de 2013).

As relações bilaterais continuam em patamar elevado neste início do mandato do Presidente Nicolás Maduro. Os contatos com as autoridades locais permanecem fluidos e freqüentes, havendo alto nível de interlocução com quase todas as pastas relevantes para a política externa brasileira. Como resultado da recente visita do MRE a Caracas (9 de fevereiro), foi estabelecido mecanismo de consultas bilaterais de alto nível, com reuniões semestrais de Chanceleres, precedidas de encontros a cada dois meses no nível Vice-Ministerial. Ademais, reafirmou-se o compromisso de promover encontros regulares dos Presidentes Dilma Rousseff e Nicolás Maduro, com a participação dos titulares das principais pastas de Governo.

Nos últimos meses, a freqüência e intensidade das visitas de altas autoridades têm-se expandido de forma notável. Nos últimos dois meses a Presidenta Dilma Rousseff esteve duas vezes no país (participou das exéquias do Presidente Chávez e compareceu à posse do Presidente Maduro). O Chanceler Antonio de Aguiar Patriota visitou a Venezuela em três ocasiões (9 de fevereiro, 6 de março e 19 de abril), tendo ocorrido também visita do Chanceler Elías Jaua a Brasília em 9 de abril, para acompanhar concerto da Orquestra Sinfônica Simón Bolívar. Está prevista, ainda, visita de Maduro ao Brasil no início de agosto vindouro para participar de sessão do Foro de São Paulo, em homenagem ao Presidente Chávez. Com a assunção pela Venezuela da Presidência Pro-Tempore do MERCOSUL, a partir de junho, há forte expectativa de reuniões de alto nível com o Brasil.

No quadro do périplo pelos países do MERCOSUL após sua posse, o Presidente Nicolás Maduro esteve em Brasília, no dia 9 de maio, acompanhado de expressiva delegação, integrada por nove ministros de Estado. Na ocasião, o Presidente Maduro manteve reunião privada com a Presidenta Dilma, seguida de reunião ampliada entre os dois gabinetes ministeriais.

Assuntos consulares

A relação do Brasil com a Venezuela comporta importante dimensão humana. Atualmente, a comunidade brasileira no país é estimada em 26 mil nacionais, entre os quais se inclui importante contingente de garimpeiros em situação irregular.

Além do Consulado-Geral na cidade de Caracas, o Itamaraty mantém permanentemente funcionários em três Postos consulares permanentes – em Ciudad Guayana, em Puerto Ayacucho e em Santa Elena de Uairén. Há, ademais, Cônsules-Honorários em Maracaibo e em La Asunción.

Empréstimos e financiamentos oficiais

A carteira de créditos do BNDES para o país, com garantia do Governo brasileiro, totaliza US\$ 4 bilhões.

POLÍTICA INTERNA

Em decorrência do falecimento do Presidente Hugo Chávez (5 de março), foi realizada eleição presidencial em 14 de abril, conforme definido pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE). O resultado foi divulgado no próprio dia 14, após a apuração de 99,12% dos votos. No dia seguinte, o CNE apresentou os números finais: 7.563.747 votos (50,75%) para Nicolás Maduro e 7.298.491 (48,97%) para Henrique Capriles Radonski. O comparecimento às urnas foi de 78,71% dos eleitores, percentual pouco inferior ao das eleições presidenciais de outubro (80,94%).

Nicolás Maduro foi juramentado Presidente da República Bolivariana da Venezuela ante a Assembleia Nacional, em 19 de abril. Representantes de 61 países e organismos internacionais compareceram ao evento, inclusive a Presidenta Dilma Rousseff.

O Presidente discorreu sobre os avanços na área social durante o Governo Chávez, e prometeu dar continuidade às Missões Sociais, sobretudo no que respeita à construção de moradias populares e urbanização dos “barrios”. Afirmou que a Revolução deve ser retomada, com a meta de promover “pobreza e miséria zero” em 2019. Ressaltou que a economia é o eixo da estabilidade e da prosperidade social e política.

Anunciou a criação da “*Gran Misión Eficiencia*”, que incluirá “*acciones de inteligencia*” para combater a corrupção, “*establecimiento de micromisiones*” para melhorar os processos de gestão e a instituição de “*gobierno de las calles*” para aproximar o poder público do cidadão. Maduro afirmou que viajará com seus Ministros pelo país, para observar diretamente os problemas que travam a eficiência administrativa e punir os responsáveis.

O Presidente falou também de uma “Revolução pela Paz”, combate à violência e à insegurança, que teria duas bases. Por um lado, a mudança de valores da sociedade, por meio da educação e da cultura. Por outro, o fortalecimento da presença do Estado na promoção da autoridade e da justiça.

As eleições municipais, previstas para julho vindouro, representarão termômetro do desempenho do Governo Maduro.

POLÍTICA EXTERNA

A chamada Política Externa Bolivariana, implementada por Maduro entre 2006 e 2012, conferiu ênfase a três esferas: a) integração latino-americana e caribenha, b) fortalecimento das relações Sul-Sul e c) “formação de um mundo multipolar”. O Plano de Gestão Bolivariana Socialista 2013-2019, elaborado ainda na gestão Chávez, determina a continuidade desses princípios norteadores na elaboração da política externa venezuelana.

Em relação à integração regional, o plano de Governo apresentado durante a campanha para as eleições presidenciais de 2012 (e reapresentado por Maduro por ocasião do novo pleito de 2013) indica que a Venezuela continuará atribuindo prioridade

aos esquemas de integração que lidera, como a ALBA-TCP (*Alianza Bolivariana para el Pueblo de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos*) e a PETROCARIBE. Seguirá impulsionando também a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e a CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos). Em particular, o ingresso do país no MERCOSUL desponta como medida de impacto significativo.

No que se refere às relações Sul-Sul, confere especial importância aos BRICS, procurando intensificar as relações com Brasil, China e Rússia, e alentar o diálogo com África do Sul e Índia. A Colômbia ocupa, igualmente, posição de destaque. O Plano também confere ênfase aos mecanismos inter-regionais ASA (*África – South America*) e ASPA (América do Sul – Países Árabes).

O plano de Governo reforça o enfoque “multipolar” da política externa do país, visando conformar uma rede de relações políticas com os polos de poder emergentes. Nesse aspecto, o Plano prevê, por exemplo, a denúncia a tratados multilaterais que limitem a soberania nacional e o estabelecimento de alianças necessárias para neutralizar as ações das “potências neocoloniais” nos organismos internacionais.

Após a designação de Elías Jaua como Chanceler, a Venezuela recebeu visitas das contrapartes da Colômbia e do Equador. O novo Ministro para as Relações Exteriores viajou a Cuba, acompanhou o então Vice-Presidente Maduro na reunião de Cúpula da CELAC (25 de janeiro) e participou da Cúpula América do Sul - África, em Malabo (20 de fevereiro).

ECONOMIA

Os números divulgados pelo Banco Central, no início de 2013, referentes ao desempenho da economia venezuelana em 2012, foram alentadores. O crescimento do PIB foi de 5,5%. A inflação apresentou significativa redução em relação a 2011 (20,1%, em 2012, contra 27,6%, em 2011), assim como o déficit da balança de pagamentos (-75%). O crédito bancário apresentou crescimento (50,1%), voltado, sobretudo, para atividades produtivas e microempresas, assim como também aumentou a formação bruta de capital fixo (15,8%). O Governo anunciou ter cumprido quase integralmente a meta de construção de 350 mil habitações populares em dois anos, estipulada pelo programa “*Gran Misión Vivienda*”.

Crescimento econômico

A economia venezuelana manteve trajetória de crescimento depois da recessão de 2009-2010. Em 2011, o PIB cresceu 4,2%, resultado bem superior ao de 2010 (queda de 1,5%), chegando a US\$ 315 bilhões. Se o PIB petroleiro cresceu 0,6% - abaixo, portanto, do incremento observado no ano anterior (1,3%) -, o PIB não-petroleiro registrou aumento de 4,3% - desempenho consideravelmente melhor do que o de 2010 (-0,7%) e 2009 (-1,7%).

Em 2012, o PIB expandiu-se 5,5%. O principal fator dinamizador da economia venezuelana tem sido o aumento dos gastos públicos, por meio da utilização das receitas

do petróleo em programas sociais e de infraestrutura. O setor de construção civil, em particular por meio da “*Gran Misión Vivienda*”, é importante motor do crescimento, tendo atingido incremento de 17,6% no segundo trimestre de 2012. Despontam, ainda, os setores de comércio e serviços (+9,8%), comunicações (+7,5%), e saúde e educação (+5,6%).

O setor petrolífero apresentou crescimento inferior ao do setor não-petrolífero. Tendo em vista a estagnação no volume de produção de petróleo no país nos últimos três anos, a manutenção de taxas positivas para o setor explica-se em função dos patamares elevados do preço do petróleo (ver item específico abaixo).

Mercado de trabalho

Dados promissores têm sido alcançados no que se refere ao mercado de trabalho. Em julho de 2012, a taxa de desemprego no país foi de 7,4%, o que representa a metade do que era no início do Governo de Hugo Chávez em 1999. O índice de formalidade é de 57%.

Índice de Preços

O Banco Central da Venezuela divulgou que, em 2012, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do país somou 20,1%, ou seja, 7,5 pontos percentuais abaixo da inflação registrada no ano anterior. O valor final foi considerado um êxito, estando dentro dos parâmetros previstos pelo BCV no início do ano (20-22%). Trata-se do menor nível de inflação verificado desde o estabelecimento do INPC, confirmando trajetória declinante desde 2008.

Não obstante, é bem verdade que a inflação de dezembro de 2012 situou-se em 3,5% – superior aos 2,3% verificados no mês de novembro. Os números refletem tendência de elevação registrada ao longo dos últimos meses de 2012. Analistas independentes atribuem o aumento dos preços à elevação da cotação do dólar no mercado de câmbio paralelo, assim como à escassez de alimentos, bebidas não-alcóolicas e gêneros básicos. Registre-se, ademais, a elevação da demanda agregada na Venezuela.

O Banco Central tem prognóstico de taxa de inflação decrescente para 2013, mas reconhece que será um desafio atingir esse objetivo. Há de se assinalar que a base monetária ampliou-se a taxas muito superiores ao crescimento da economia nacional durante 2012.

Câmbio

Em 8 de fevereiro de 2013, o Governo venezuelano anunciou desvalorização de 46% do bolívar forte. A taxa de câmbio oficial passou de BSF 4,3 para BSF 6,3 por dólar estadunidense.

O Ministro do Planejamento e Finanças, Jorge Giordani, explicou que a desvalorização do bolívar busca corrigir desequilíbrio estrutural da economia venezuelana, em que *“la economía privada no exporta 3 mil millones de dólares pero solicita 30 mil millones de dólares; produce 3 pero requiere 30”*. Além disso, a desvalorização proporciona alívio fiscal nas contas do Governo. O crescimento do déficit fiscal do país explica-se em função da alocação de parcela significativa do fluxo de dólares recebido pela Venezuela (gerado quase que exclusivamente pela exportação de

petróleo e derivados pela Petroleos de Venezuela S. A. - PDVSA) em fundos extra-orçamentários que financiam os programas sociais do Governo central.

Até então, a alocação de dólares vinha ocorrendo por meio de dois instrumentos: a Comissão de Administração de Divisas (CADIVI) e o Sistema de Transações com Títulos em Moeda Estrangeira (SITME).

Esse último, agora extinto, oferecia alternativa de acesso a dólares às empresas que não conseguiam obter divisas por meio do CADIVI, porém a uma cotação mais elevada que a oficial (BSF 5,3). O aumento das transações de papéis públicos por meio do SITME provocou, porém, aumento significativo dos gastos públicos e da dívida venezuelana, que, segundo dados do Banco Central da Venezuela (BCV), atingiu US\$ 100,96 bilhões ao final de setembro último, 35,6% maior em relação a 2011. Em quatro anos, a dívida do país dobrou, atingindo cerca de 52% do PIB ao final de 2012.

Em 19 de março, foi apresentado o novo mecanismo de disponibilização de divisas para o setor privado no país. O *"Sistema Complementario de Administración de Divisas"* (SICAD) funcionará por meio de leilões de dólares para empresas privadas, em substituição ao SITME. As autoridades econômicas ressaltam ter o SICAD o objetivo de melhorar a arrecadação em bolívares do Governo, ao mesmo tempo em que se mantém a política cambial atrelada a um valor fixo em relação ao dólar.

Em 27 de março, o BCV divulgou resultado do primeiro leilão de dólares para o setor privado realizado por meio do SICAD, que alcançou o valor total ofertado, de US\$ 200 milhões. Foram contempladas 383 empresas. O comunicado do BCV não informa o valor alcançado pelo dólar neste primeiro leilão de divisas do SICAD. Analistas indicam que a cotação poderá ter atingido até 15 bolívares por dólar. Caso tal cifra seja correta, o Governo estaria arrecadando, pelo mecanismo de leilão, quase 150% a mais, por cada dólar, do que obtém pela cotação oficial oferecida pela CADIVI.

Petróleo

O setor de extração de petróleo corresponde a cerca de 10% do PIB venezuelano, e a mais de 50%, se contabilizada toda a cadeia produtiva envolvida (refino, transporte, distribuição, exportação, etc.). A partir de 2006, a legislação venezuelana (Lei Orgânica de Hidrocarbonetos) passou a exigir que a PDVSA mantivesse o controle majoritário de todos os projetos de exploração, além de aumentar impostos e percentual de royalties. As atuais associações têm a PDVSA com participação acionária de ao menos 60%, e com controle gerencial das operações.

O último Relatório de Gestão da PDVSA disponível, publicado em abril de 2012 indica que a produção de petróleo encontrava-se estável, em volume, nos três anos anteriores. Os 19.115 poços ativos da PDVSA produziram 2,99 milhões de barris ao dia (b/d) em 2011, incremento de 16 mil b/d em relação à média de 2010. A média de exportações foi de 2,46 milhões b/d, praticamente igual à de 2010. Importante considerar que, de acordo com os dados do último relatório da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a extração de petróleo na Venezuela encontrar-se-ia em queda, tendo atingido 2,36 milhões de barris ao dia em julho de 2012.

O destino das exportações de petróleo da Venezuela vem-se modificando. De acordo com os dados do último relatório financeiro da PDVSA disponível, relativo a 2011, cresceu a participação relativa dos mercados que se beneficiam de acordos

preferenciais (PETROCARIBE) ou de fundos de financiamento conjunto (China). Os Estados Unidos, embora sigam sendo o principal mercado da empresa, tiveram sua participação reduzida, de 51,3% em 2010 para 46,98% em 2011. A Ásia aumentou sua participação, de 22,36%, para 26,08% (sendo a China responsável por cerca de metade das importações daquela região). O Caribe também aumentou sua participação relativa no período, de 12,27% para 15,67%. A Europa, que representou 8,22% do mercado de exportação petrolífera venezuelano em 2010, teve sua fatia reduzida para 5,67%. A América do Sul manteve participação estável, em 3,36% (diminuição de apenas 0,02% em relação a 2010).

O futuro da exploração de petróleo na Venezuela encontra-se na Faixa Petrolífera do Orinoco – a qual compreende quatro grandes blocos (Carabobo, Boyacá, Junín e Ayacucho). Trata-se de área com reservas estimadas em 235 bilhões de barris, das quais 127,9 bilhões certificadas de “petróleo original em sítio” (POES). Segundo dados da PDVSA, a produção atual é de 1,2 milhão de bpd, e deverá alcançar 3 milhões de bpd em 2019. Embora a existência de petróleo na região seja conhecida há mais de vinte anos, as reservas não foram exploradas em razão da característica física do petróleo (pesado e extra-pesado) – o que torna sua exploração rentável apenas após atingidos níveis mais altos de preços do petróleo.

A PDVSA estima que a capacidade de produção de petróleo da Venezuela deverá passar de 3 para 4 milhões de barris diários em 2014, alcançando os 6 milhões de barris a partir de 2016.

Caso a demanda mundial por petróleo permaneça aquecida, as exportações venezuelanas poderiam elevar-se de maneira muito significativa no médio prazo, fortalecendo o país como uma das principais economias da América Latina.

Comércio bilateral

Em 2012, a Venezuela foi o oitavo principal mercado brasileiro de bens e importante destino das exportações de serviços nacionais (v. “Construção Civil”, abaixo), ao passo que o Brasil foi o terceiro principal fornecedor venezuelano. No ano passado, pela primeira vez, o comércio bilateral superou a cifra de US\$ 6 bilhões (exportações brasileiras de US\$ 5,05 bilhões e importações de US\$ 996 milhões), tendo-se verificado ampliação das vendas brasileiras de maior valor agregado, como aparelhos para a fabricação de papel e aviões. Nos últimos anos, o comércio com a Venezuela tem gerado importantes saldos no comércio exterior brasileiro. Em 2012, o país foi responsável pelo terceiro maior superávit do Brasil (US\$ 4 bilhões).

Desde 2003, o comércio bilateral cresceu 585%, saltando de US\$ 883 milhões, em 2003, para US\$ 6,05 bilhões em 2012. Essa trajetória recente pode ser dividida em três fases: 2003-2008; o intervalo de 2009; e a partir de 2010.

Entre 2003 e 2008, as exportações brasileiras para a Venezuela cresceram a uma taxa média anualizada de 53,3%. Contribuíram para esse índice o aumento das importações venezuelanas de alimentos, telefones celulares e automóveis. Como resultado, em 2008, a Venezuela representou o maior saldo comercial do Brasil (US\$ 4,6 bilhões).

Após forte expansão, o comércio bilateral sofreu retração em 2009, em função dos efeitos da crise internacional nas duas economias. Naquele ano, a corrente de comércio

alcançou US\$ 4,19 bilhões, redução significativa em relação ao ano de 2008, quando o intercâmbio bilateral registrou US\$ 5,68 bilhões. Em 2010, iniciou-se trajetória de recuperação do intercâmbio comercial bilateral, que totalizou US\$ 4,68 bilhões (crescimento de 11,8%). Em 2011, manteve-se trajetória ascendente do intercâmbio, cuja cifra alcançou US\$ 5,86 bilhões (crescimento de 25%). Em 2012, o comércio bilateral continuou em expansão e alcançou o recorde histórico de US\$ 6,05 bilhões.

Exportações

Em 2007, as exportações de manufaturados brasileiros para a Venezuela atingiram seu pico: US\$3,9 bilhões (83% da pauta) – a partir de apenas US\$ 560 milhões em 2003. Nos anos seguintes, esse valor caiu, tanto em termos absolutos como relativos, chegando a apenas US\$ 2 bilhões em 2010. A partir de 2011, tem sido observada tendência de recuperação gradual da importância dos produtos manufaturados na pauta bilateral. Naquele ano, a venda de manufaturados brasileiros para a Venezuela cresceu 25%, atingindo 55% da pauta bilateral, totalizando US\$ 2,5 bilhões. Em 2012, a exportação de manufaturados cresceu 29,84%, atingindo de US\$ 3,2 bilhões (ou 65% da pauta).

A pauta de exportação do Brasil para a Venezuela é bastante diversificada: em 2012, os cem principais produtos exportados corresponderam a 75,29% do total. Os dez principais produtos foram: carnes bovinas desossadas e congeladas (8,86%); gado vivo (8,08%); açúcares de cana (5,65%); carnes de frango congeladas (4,03%); aparelhos de destilação de álcool (2,83%); máquinas e aparelhos para a fabricação de papéis (2,72%); preparações para elaboração de bebidas (2,43%); pneus novos para ônibus (2,25%); aviões/veículos aéreos (2,16%); e construções pré-fabricadas de ferro ou aço (1,77%). Hoje, o Brasil é a terceira principal origem de importações da Venezuela, depois de Estados Unidos e China.

Em 2012, as exportações brasileiras para a Venezuela totalizaram US\$ 5,05 bilhões, aumento de 10% em relação ao ano anterior. O incremento pode ser atribuído, sobretudo, à venda de gado vivo, açúcares, máquinas e aparelhos para a fabricação de papel e aviões, produtos que não fizeram parte da pauta exportadora em 2011, mas que em 2012 representaram mais de 18% do total.

Importações

De 2003 a 2012, as importações brasileiras provenientes da Venezuela tiveram um aumento de US\$ 275 milhões para US\$ 996 milhões - redução de 21% em relação ao ano anterior, quando haviam atingido o pico de US\$ 1,266 bilhões.

A pauta de importações brasileiras provenientes da Venezuela é fortemente concentrada – os 5 principais produtos perfazem 75% do total importado do país vizinho. Em 2012, foram os seguintes os cinco primeiros produtos da pauta venezuelana: naftas para petroquímica (46,26%); coque de petróleo não calcinado (13,55%); metanol (6,92%); energia elétrica (4,60%); ureia (3,98%).

É digna de nota a retomada, após o gerenciamento da crise de abastecimento de energia elétrica no país vizinho, das exportações de energia elétrica a partir da Usina Hidrelétrica de Guri para o Estado de Roraima. Em 2012, essa rubrica das vendas venezuelanas totalizou US\$ 45,8 milhões.

ANEXO I – CRONOLOGIA HISTÓRICA

1811	Independência declarada em 5 de julho, seguida de guerra contra a Espanha.
1829	Venezuela é declarada independente da Grã-Colômbia (união dissolvida em 1831).
1914	Descoberto o poço Zumaque, a 19km do Lago de Maracaibo.
1922	Shell perfura o poço Los Barrosos e chega à produção de 100 mil barris/dia.
1929	Venezuela torna-se maior exportador de petróleo do mundo.
1948	Movimento militar depõe o Presidente Rómulo Gallegos. Junta Militar assume o Governo.
1958	Pérez Jiménez é deposto. Firmado “Pacto de Punto Fijo”, com principais partidos (sem comunistas).
1960	Iniciativa do Ministro venezuelano J. Pablo Pérez Alfonso leva à fundação da OPEP
1970	Protocolo com a Guiana congela por 12 anos disputa territorial sobre Essequibo.
2000	Chávez visita membros da OPEP, inclusive Saddam Hussein. Cúpula da OPEP em Caracas.
2002	Golpe liderado por Pedro Carmona. Governo é reconhecido por EUA e Espanha. Forças legalistas reconduzem Chávez à Presidência.
2002	Greve geral paralisa indústria petroleira.
2004	Referendo revocatório confirma mandato de Chávez. Chavismo vence nos Estados.
2005	Governo Chávez declara a Venezuela território livre de analfabetismo.
2006	Venezuela firma Protocolo de Adesão ao Mercosul e deixa a Comunidade Andina.
2006	Chávez é reeleito e promove nacionalizações do setor energético e das telecomunicações.
2007	Referendo recusa reforma constitucional. Primeira derrota eleitoral de Chávez.
2008	Eleições regionais para cargos Legislativos e Executivos de Estados e Municípios. Os candidatos do PSUV vencem a maioria dos cargos em disputa, mas perdem nos Estados mais populosos (Carabobo, Miranda, Nueva Esparta, Táchira, Zulia) e no Distrito Metropolitano de Caracas.
2009	Em fevereiro, o Presidente Chávez sai vitorioso em referendo popular sobre emenda constitucional que permitiu a reeleição por número ilimitado de vezes para todos os cargos eletivos do país.
2010	Em setembro, são realizadas eleições para a Assembleia Nacional. Governo mantém maioria, mas oposição aumenta consideravelmente sua representação.
2011	Chávez inicia tratamento contra o câncer em Cuba.
2012	Eleições presidenciais. Chávez é reeleito.
2013	Morte de Hugo Chávez.

2013	Nicolás Maduro assume como Presidente Encarregado e convoca eleições presidenciais.
2013	Nicolás Maduro é eleito Presidente.

ANEXO II – CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

10/03/2003	Reunião do Grupo de Amigos do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos para a Venezuela (Brasília).
13 e 14/02/2005	Lançamento da Aliança Estratégica entre Brasil e Venezuela. Petrobras e PDVSA intensificam a cooperação na área energética.
01/03/2005	Primeira reunião trilateral entre os Presidentes do Brasil, da Argentina e da Venezuela, em Montevidéu. Emitem declaração conjunta, de que consta a decisão de convocar reuniões de Ministros da Economia, Energia, Área Social e Presidentes dos Bancos Centrais dos três países.
16/12/2005	Lançamento da pedra fundamental da refinaria binacional Abreu e Lima, em Suape, Pernambuco, com a presença dos Presidentes Lula e Chávez.
19/01/2006	Visita do Presidente Chávez ao Brasil para encontro presidencial trilateral Brasil-Argentina-Venezuela, realizado em Brasília.
04/07/2006	Adesão da Venezuela ao Mercosul. O Presidente Lula participa do ato de assinatura do Protocolo, em Caracas.
13/11/2006	Cerimônia de inauguração da segunda ponte sobre o Rio Orinoco e celebração do fim das fases de quantificação e de certificação das reservas petrolíferas de Carabobo 1. Ambos os atos contaram com a presença dos Presidentes Lula e Chávez.
6 e 7/12/2006	Reeleito em 3 de dezembro, o Presidente Chávez visita o Brasil.
2007	Visita, em janeiro, do Presidente Chávez ao Rio de Janeiro, por ocasião da reunião de Cúpula do MERCOSUL. O Presidente Chávez mantém encontro bilateral com o Presidente Lula. Avança o diálogo em torno da construção do Grande Gasoduto do Sul.
09/2007	Encontro dos Presidentes Lula e Chávez em Manaus, décima quarta reunião entre ambos em território brasileiro.
03/2008	Abertura de escritórios da EMBRAPA e da ABDI em Caracas. Implementação de programas de cooperação agrícola e industrial.
03/2008	Encontro dos Presidentes Lula e Chávez no Recife. Assinatura do Acordo de Associação para a Construção da Refinaria Abreu e Lima entre Petrobrás e PDVSA, localizada em Pernambuco.
06/2008	Presidente Lula visita Caracas para encontro com o Presidente Chávez. Os Presidentes assistem por videoconferência à primeira semeadura de soja em território venezuelano em decorrência das atividades de cooperação agrícola por meio da Embrapa e à demonstração das obras do Complexo Industrial e Petroquímico de José, que conta com a participação de empresas brasileiras.

09/2008	Presidente Lula recebe o Presidente Chávez em Manaus.
01/2009	Presidentes Lula, Chávez, Morales, Correa e Lugo encontram-se no Fórum Social Mundial, em Belém.
01/2009	Presidentes Lula e Chávez encontram-se em Maracaibo, na Venezuela.
05/2009	Presidente Lula recebe o Presidente Chávez em Salvador, na Bahia.
11/2009	Presidente Chávez recebe o Presidente Lula em Caracas e El Tigre.
04/2010	Presidentes Lula e Chávez encontram-se em Brasília.
08/2010	Presidentes Lula e Chávez encontram-se em Caracas.
01/2011	Presidente Chávez comparece à cerimônia de posse da Presidenta Dilma Rousseff.
06/2011	Presidentes Dilma e Chávez encontram-se em Brasília.
11/2011	Visita do Chanceler Antonio Patriota a Caracas.
12/2011	Presidentes Dilma e Chávez encontram-se em Caracas.
06/2012	O Chanceler Antonio Patriota recebe o Chanceler Nicolás Maduro no Rio de Janeiro.
07/2012	Presidentes Dilma e Chávez encontram-se por ocasião da Cúpula do MERCOSUL.
11/2012	Visita do Chanceler Antonio Patriota a Caracas.
02/2013	Visita do Chanceler Antonio Patriota a Caracas.
04/2013	Visita do Chanceler Elías Jaua a Brasília.
05/2013	Presidentes Dilma e Maduro encontram-se em Brasília.

ANEXO III – ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Situação
Tratado de Limites e Navegação Fluvial	05/05/1859	Em vigor
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais	03/06/1919	Em vigor
Convênio Relativo à Manutenção da Ordem Interna	13/04/1926	Em vigor
Protocolo Relativo à Demarcação dos Limites	24/07/1928	Em vigor
Acordo de Demarcação da Fronteira Brasileiro-Venezuelana	07/11/1929	Em vigor
Tratado de Extradicação	07/12/1938	Em vigor
Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias	30/03/1940	Em vigor
Acordo Administrativo para Troca de Correspondência Oficial por Via Aérea	30/01/1946	Em vigor
Acordo para a Criação de Comissão Mista de Comércio Brasil-Venezuela	13/04/1960	Em vigor

Título	Data de Celebração	Situação
Acordo para a Reativação da Comissão Mista	20/05/1971	Em vigor
Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transportes Marítimos entre os Dois Países	16/06/1971	Em vigor
Convênio Básico de Cooperação Técnica	20/02/1973	Em vigor
Acordo sobre Radioamadorismo	06/04/1976	Em vigor
Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, nos Campos da Ciência e da Tecnologia, entre o CNPq e o CONICIT (Venezuela)	16/11/1977	Em vigor
Convênio de Amizade e Cooperação	17/11/1977	Em vigor
Convênio Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20 de fevereiro de 1973, Referente à Cooperação em Matéria Sanitária para o Meio Tropical	17/11/1977	Em vigor
Acordo para a Instalação de uma Sucursal de um Banco Brasileiro na Venezuela e de uma Sucursal de um Banco Venezuelano no Brasil	17/11/1977	Em vigor
Acordo para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos	05/03/1979	Em vigor
Acordo Cultural	07/11/1979	Em vigor
Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Transporte Aéreo	07/11/1979	Em vigor
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira dos dois Países	07/11/1979	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça	19/02/1982	Em vigor
Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga	19/02/1982	Em vigor
Acordo de Cooperação na Área da Energia Nuclear para Fins Pacíficos	30/11/1983	Em vigor
Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes de Substâncias Psicotrópicas	03/06/1987	Em vigor
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20 de fevereiro de 1973, na Área das Comunicações	03/06/1987	Em vigor
Acordo para o Estabelecimento de uma Zona "Non Aedificandi" na Fronteira entre os Dois Países	17/05/1988	Em vigor

Título	Data de Celebração	Situação
Acordo para a Criação de Mecanismo Permanente de Cooperação	17/05/1988	Em vigor
Acordo relativo ao Programa de Cooperação Científica	17/05/1988	Em vigor
Acordo sobre Transporte Aéreo Regular	11/11/1988	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral, ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20 de fevereiro de 1973	20/06/1990	Em vigor
Acordo sobre Circulação de Turistas	20/06/1990	Em vigor
Acordo sobre o Regulamento Interno do Comitê de Assuntos Fronteiriços	14/02/1992	Em vigor
Acordo que autoriza os Dependentes dos Funcionários acreditados Junto às Missões Diplomáticas e Consulares de ambos os Países a desempenharem Trabalho Remunerado	29/07/1994	Em vigor
Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga entre o Brasil e a Venezuela	04/07/1995	Em vigor
Acordo sobre Isenção de Visto em Passaportes Oficial e de Serviço	08/02/2000	Em vigor
Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicações entre o Brasil e a Venezuela	14/02/2005	Em vigor
Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	30/12/2005	Em vigor
Acordo-Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial entre o Brasil e a Venezuela	27/06/2008	Em tramitação na Câmara dos Deputados (Teve sua tramitação nas Comissões da Câmara concluída em 03/08/2011, Aguarda, desde então, entrada na Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação Esportiva	30/10/2009	Em vigor

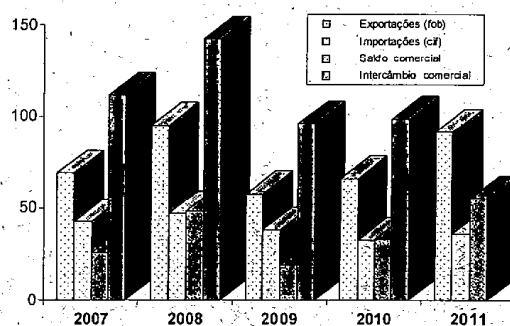
Título	Data de Celebração	Situação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas	28/04/2010	Já aprovado pelo Parlamento venezuelano; no Brasil, encontra-se em tramitação na Casa Civil, que deverá encaminhá-lo para apreciação do Congresso Nacional para sua eventual entrada em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço	06/08/2010	Já aprovado pelo Parlamento venezuelano; no Brasil, encontra-se em tramitação na Casa Civil, que deverá encaminhá-lo para apreciação do Congresso Nacional para sua eventual entrada em vigor
Acordo para o Desenvolvimento do Transporte Turístico Internacional Ocasional por Rodovia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela	06/08/2010	Já aprovado pelo Parlamento venezuelano; no Brasil, encontra-se em tramitação na Casa Civil, que deverá encaminhá-lo para apreciação do Congresso Nacional para sua eventual entrada em vigor

ANEXO IV – DADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

VENEZUELA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	68,8	95,1	57,6	65,8	91,3	70,6	67,7
Importações (cif)	42,5	46,9	38,2	32,6	36,2	25,8	46,0
Saldo comercial	26,3	48,2	19,4	33,2	55,1	44,8	21,8
Intercâmbio comercial	111,3	142,1	95,8	98,4	127,6	96,4	113,7

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

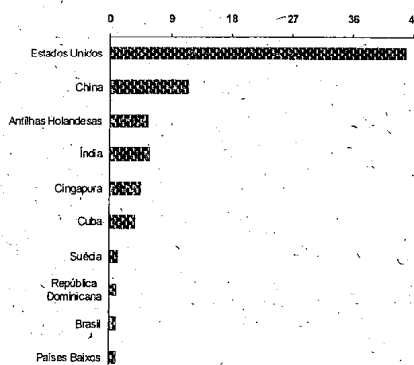


O comércio exterior da Venezuela, em 2011, cresceu 14,6% em relação a 2007, de US\$ 111,3 bilhões para US\$ 127,6 bilhões. No acumulado de janeiro a setembro de 2012, o intercâmbio comercial com o mundo cresceu 17,9%, de US\$ 96,4 bilhões para US\$ 113,7 bilhões. No ranking do FMI estimado para 2012, a Venezuela figurou como o 40º mercado mundial - o 40º exportador e o 58º importador.

VENEZUELA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Estados Unidos	43,9	48,0%	26,7	39,4%
China	11,6	12,7%	10,5	15,5%
Antilhas Holandesas	5,6	6,1%	5,2	7,7%
Índia	5,9	6,5%	7,0	10,4%
Cingapura	4,6	5,0%	2,4	3,6%
Cuba	3,8	4,2%	3,1	4,5%
Suécia	1,4	1,5%	0,4	0,6%
República Dominicana	1,2	1,3%	0,9	1,4%
Brasil	1,1	1,2%	0,8	1,1%
Países Baixos	1,1	1,2%	0,4	0,6%
Subtotal	80,1	87,7%	57,6	85,0%
Outros países	11,2	12,3%	10,2	15,0%
Total	91,3	100,0%	67,7	100,0%



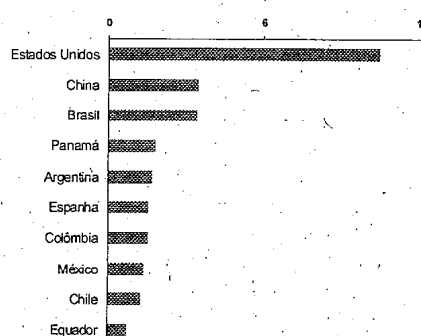
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013.

Quase metade das vendas venezuelanas é destinada ao mercado norte-americano. Em 2011, os Estados Unidos absorveram 48% das exportações do país, seguidos da China (12,7%); Antilhas Holandesas (6,1%); Índia (6,5%); Cingapura (5%); e Cuba (4,2%). O Brasil obteve a 9ª posição entre os principais destinos dos produtos venezuelanos, com 1,2% do total.

VENEZUELA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Estados Unidos	10,4	28,8%	14,2	30,8%
China	3,5	9,6%	8,1	17,6%
Brasil	3,4	9,5%	4,1	9,0%
Panamá	1,8	5,0%	1,5	3,3%
Argentina	1,7	4,6%	1,4	3,0%
Espanha	1,5	4,2%	1,5	3,2%
Colômbia	1,5	4,2%	1,3	2,8%
México	1,4	3,7%	1,3	2,8%
Chile	1,2	3,4%	0,6	1,3%
Equador	0,8	2,1%	0,6	1,3%
Subtotal	27,2	75,1%	34,5	75,1%
Outros países	9,0	24,9%	11,5	24,9%
Total	36,2	100,0%	46,0	100,0%



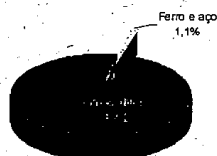
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013.

Os Estados Unidos também são a principal origem das compras venezuelanas, representando 28,8% do total em 2011. Seguiram-se: China (9,6%); Brasil (9,5%); Panamá (5,0%); Argentina (4,6%); Espanha (4,2%); e Colômbia (4,2%).

VENEZUELA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total
Combustíveis	88,24	96,6%
Ferro e aço	1,0	1,1%
Subtotal	89,2	97,7%
Outros produtos	2,1	2,3%
Total	91,3	100,0%



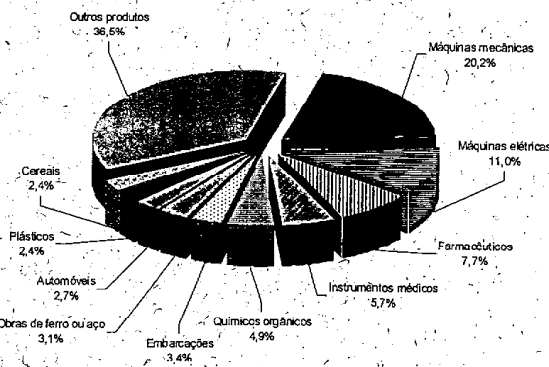
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Combustíveis são o principal grupo de produto exportado pela Venezuela e representam a quase totalidade da pauta de exportações. Em 2011, os combustíveis somaram 96,6% do total, seguidos de produtos de ferro e aço com 1,1%.

VENEZUELA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011 - US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total
Máquinas mecânicas	7,3	20,2%
Máquinas elétricas	4,0	11,0%
Farmacêuticos	2,8	7,7%
Instrumentos médicos	2,1	5,7%
Químicos orgânicos	1,8	4,9%
Embarcações	1,2	3,4%
Obras de ferro ou aço	1,1	3,1%
Automóveis	1,0	2,7%
Plásticos	0,9	2,4%
Cereais	0,9	2,4%
Subtotal	23,0	63,5%
Outros produtos	13,2	36,5%
Total	36,2	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

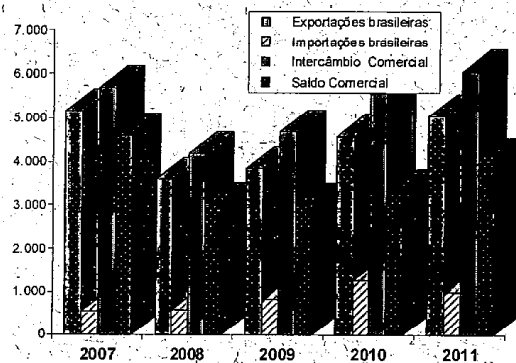
A pauta de importações da Venezuela é composta por bens com alto valor agregado. Máquinas, produtos farmacêuticos e instrumentos médicos representaram 45% das aquisições do país. Seguiram-se: produtos químicos orgânicos (4,9%); embarcações flutuantes (3,4%); obras de ferro/aço (3,1%).

BRASIL-VENEZUELA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	5.150	3.610	3.854	4.592	5.056
Variação em relação ao ano anterior	9,0%	-29,9%	6,7%	19,1%	10,1%
Importações brasileiras	539	582	833	1.266	997
Variação em relação ao ano anterior	55,7%	7,9%	43,2%	52,1%	-21,3%
Intercâmbio Comercial	5.689	4.192	4.687	5.858	6.053
Variação em relação ao ano anterior	12,2%	-26,3%	11,8%	25,0%	3,3%
Saldo Comercial	4.611	3.029	3.021	3.325	4.059

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A Venezuela foi o 18º principal parceiro comercial brasileiro. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 6%, de US\$ 5,7 bilhões, para US\$ 6,1 bilhões. Nesse período, as exportações reduziram-se 1,8%, enquanto as importações cresceram 85%. O saldo da balança comercial foi favorável ao Brasil em todo o período, registrando superávit de US\$ 4,1 bilhões em 2012.

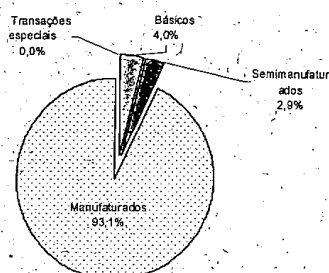
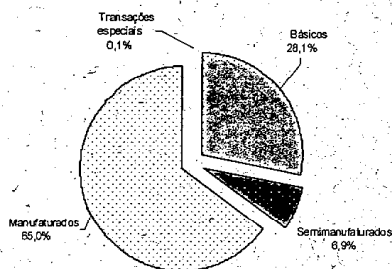


BRASIL-VENEZUELA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	1.421	28,1%	40	4,0%
Semimanufaturados	347	6,9%	29	2,9%
Manufaturados	3.284	65,0%	928	93,1%
Transações especiais	4	0,1%	0	0,0%
Total	5.056	100,0%	997	100,0%

Elaborado pelo MREDPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para a Venezuela são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 65% das vendas em 2012 (principalmente automóveis, borracha, produtos farmacêuticos), seguido dos básicos, com 28,1% (carnes), e dos semimanufaturados, com 6,9%. Os produtos manufaturados representaram a quase totalidade da pauta de importações de 2012 (93,1%), seguido dos básicos (4%) e semimanufaturados (2,9%).



BRASIL-VENEZUELA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para Venezuela, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	325	420	752	14,9%	
Carnes	485	791	676	13,4%	
Animais vivos	631	366	468	9,2%	
Automóveis	283	437	421	8,3%	
Açúcar	441	542	329	6,5%	
Borracha	128	199	250	4,9%	
Farmacêuticos	150	178	230	4,6%	
Máquinas elétricas	176	185	196	3,9%	
Plásticos	133	129	158	3,1%	
Preps alimentícias	72	81	128	2,5%	
Subtotal	2.825	3.328	3.609	71,4%	
Outros produtos	1.029	1.264	1.447	28,6%	
Total	3.854	4.592	5.056	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Máquinas mecânicas (aparelhos de destilação; máquinas e aparelhos para fabricar papel; motores de explosão, diesel/semidiesel para automóveis); carne (bovina, de frango e suína) e animais vivos (bovinos, búfalos e galinhas para reprodução) somaram 37,5% das exportações brasileiras para a Venezuela em 2012. Destacaram-se também: automóveis (8,3%); açúcar (6,5%); borracha (4,9%); e produtos farmacêuticos (4,6%).

BRASIL-VENEZUELA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da Venezuela, 2012
			Valor	% no total	
Combustíveis	630	755	706	70,8%	
Químicos orgânicos	45	67	80	8,0%	
Ferro e aço	50	176	72	7,2%	
Alumínio	39	209	40	4,0%	
Adubos	8	15	21	2,1%	
Químicos inorgânicos	11	14	20	2,0%	
Subtotal	783	1.237	938	94,1%	
Outros produtos	50	30	58	5,9%	
Total	833	1.266	997	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Os combustíveis (naftas para petroquímica, coque de petróleo e hulha betuminosa) foram o principal grupo de produtos importados da Venezuela. Em 2012, representaram 70,8% da pauta, seguidos de produtos químicos (8%); ferro e aço (7,2%) e alumínio (4%).

Aviso nº 550 - C. Civil.

Em 29 de julho de 2013.

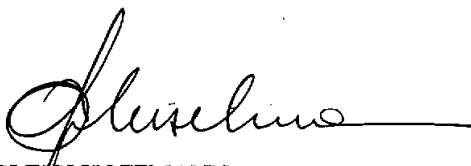
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, de 02/08/2013.